

7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 6 de novembro de 2025

Bolsas Na guarta-feira

Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias

153.294 3/11 4/11

Na quarta-feira R\$ 5,361 Dólar Últimos 5,381 31/outubro 5,380 5,357 5,398

Salário mínimo R\$ 1.518

Euro Comercial, venda

R\$ 6,158

CDI

14,90%

CDB Prefixado 30 dias (ao ano)

14,90%

Inflação IPCA do IBGE (em %) Maio/2025 Julho/2025 0,26

CONGRESSO

Senado aprova, com folga, o projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda. Para não ter que devolver o texto à Câmara, relator Renan Calheiros mantém o teor da matéria, que também taxa quem recebe mais de R\$ 50 mil

Isenção do IR para renda até R\$ 5 mil vai a sanção

- » ALÍCIA BERNARDES
- » RAPHAEL PATI

ma das principais promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se tornou realidade na noite de ontem. Em votação simbólica e por unanimidade, o Senado Federal aprovou o projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. A proposta segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e passará a valer a partir do dia 1º de janeiro.

"Hoje é um dia histórico. Demos um passo decisivo para um país mais justo, com um sistema tributário que torna a contribuição mais equilibrada e reconhece o esforço de todos que ajudam a construir o Brasil", escreveu Lula, em seu perfil oficial no X, ao saber do resultado. Ele agradeceu o empenho dos senadores Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado e Renan Calheiros (MDB--AL), relator do PL, pelo empenho na aprovação.

A medida foi elaborada pelo Ministério da Fazenda e tramitou por nove meses no Congresso. No Senado, o texto foi relatado por Renan Calheiros (MDB-AL). A proposta chegou ao plenário em regime de urgência, o que acelerou sua análise. De acordo com a Fazenda, cerca de 25 milhões de pessoas serão beneficiadas pela ampliação da faixa de isenção. Além da isenção total para rendas de até R\$ 5 mil, o texto prevê desconto parcial para quem ganha até R\$ 7.350. Como contrapartida, o projeto cria uma tributação mínima de 10% sobre rendas acima de R\$ 600 mil anuais que não estejam sob o regime CLT, alcançando o grupo dos chamados "super-ricos".

À tramitação da proposta também envolveu disputas políticas. Na Câmara, o projeto foi relatado por Arthur Lira (PP-AL), presidente da Casa. Já no Senado, Calheiros,



Pelas redes sociais, Lula agradeceu o empenho dos senadores Calheiros (MDB-AL), relator do PL e Alcolumbre (União-AP), presidente da Casa

adversário político de Lira em Alagoas, foi escolhido para relatar o texto. O emedebista criticou o tempo de tramitação na Câmara e apontou supostas "pegadinhas" no parecer de Lira, mas decidiu não alterar o mérito da proposta para evitar o retorno do texto à Câmara.

Renan afirmou que eventuais ajustes poderão ser feitos por meio de outro projeto, apresentado paralelamente. Ele propôs a criação de uma nova lei para corrigir pontos que, segundo ele, comprometem a arrecadação, como a isenção de lucros distribuídos até 2028 e o envio de dividendos ao exterior. Essa segunda proposta, que trata também da taxação de fintechs e apostas esportivas, tramita em caráter terminativo na CAE e deve ser

votada na próxima semana. Após a fala de Calheiros, a assessoria de imprensa de Lira respondeu, por meio de nota, que "desde o início, o deputado Arthur Lira realizou um trabalho técnico sério e responsável, desenvolvido em cooperação direta com o Ministério da Fazenda. O resultado é uma proposta que alia justiça fiscal, rigor orçamentário e benefício concreto aos trabalhadores brasileiros, corrigindo distorções históricas na cobrança do IR."

A ministra da Secretaria de

Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, que acompanhou presencialmente a votação, celebrou a vitória. Ela disse que, tão importante quanto a isenção é a tributação sobre os mais ricos. O projeto também prevê a cobrança de alíquota progressiva que chega a até 10% para os brasileiros que recebem acima de R\$ 50 mil por ano. Estima-se que 141 mil pessoas fazem parte desse grupo, atualmente. "Esse é um grande passo, ele é histórico do ponto de vista de se buscar a justiça tributária no Brasil", destacou a ministra.

"Esse era um dos projetos mais importantes da nossa gestão, dessa gestão do presidente Lula. Então hoje a gente comemora essa vitória, que não é uma vitória do governo, mas é uma vitória do povo trabalhador brasileiro", acrescentou Gleisi. De acordo com a ministra, o projeto deve ser sancionado entre os dias 10 e 11 de novembro, quando o presidente deve retornar a Brasília.

Justiça tributária

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a citar a "justiça tributária" e parabenizou a equipe econômica e o Congresso Nacional pela aprovação do texto.



"Esse era um dos projetos mais importantes dessa gestão do presidente Lula. Então, hoje a gente comemora essa vitória, que não é do governo, mas é do povo trabalhador brasileiro"

Gleisi Hoffmann, ministra das Relações Institucionais

"Está havendo uma compensação que também é justa, que também torna o Brasil menos desigual, que também aponta para a direção correta de buscar mais justiça social por meio de justiça tributária, fazendo com que o Estado seja um promotor do bem-estar. Isso também vai ter impacto na economia como um todo", disse o titular da Fazenda.

Sobre a possibilidade de a aprovação do texto aumentar a popularidade de Lula em vistas à reeleição em 2026, o ministro destacou que o proieto era uma promessa de campanha do presidente e afirmou que o projeto só foi para o Congresso Nacional quando a equipe econômica tinha segurança. "Só quando nós tínhamos segurança de que o projeto era sustentável do ponto de vista fiscal".

"É mais olhando para a ousadia do presidente de colocar na pauta um projeto de justiça social, me honra muito ter ajudado a cumprir uma promessa tão importante. Tenho certeza que ele deve estar em Belém recebendo a notícia e deve estar comemorando com o povo do Pará essa novidade no cenário político nacional", concluiu.

Comissão ouve Onyx Lorenzoni

» VANILSON OLIVEIRA

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, ouve hoje, a partir das 9h, no Senado, o ex-ministro do Trabalho e da Previdência Onyx Lorenzoni. Ele esteve à frente da pasta entre julho de 2021 e março de 2022, no governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL). O relator da CP-MI, Alfredo Gaspar (União-AL) pretende entregar o relatório final em março de 2026.

A convocação ocorreu após requerimentos do deputado Rogério Correia (PT-MG), e dos senadores Randolfe Rodrigues (PT-AP) e Leila Barros (PDT-DF), como parte da decisão da comissão de ouvir todos os ex-ministros e ex-presidentes do INSS desde 2015.

A senadora Leila Barros afirmou que a presença do ex-ministro é fundamental para o andamento das investigações. "Será

fundamental para esclarecer pontos relevantes, permitindo que esta comissão alcance um diagnóstico preciso da situação e, ao final, apresente propostas efetivas de aprimoramento da Previdência Social", frisou.

Doações

Randolfe Rodrigues lembrou que a imprensa já tinha revelado ligações de Lorenzoni com entidades que estão sendo investigadas, acusadas de fazerem parte dos desvios de aposentados e pensionistas. "O ex-ministro teria recebido doação vultuosa de representante de outra entidade suspeita de fraudar os descontos".

O relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), afirmou ao Correio que não haverá blindagem política. "Não tem esse negócio de questionar o governo A e deixar de questionar o governo B. A

população está cansada e quer respostas. Quem meteu a mão no dinheiro do aposentado vai responder, seja quem for", declarou.

Gaspar disse ainda que muitos nomes considerados importantes,

ainda serão convidados para prestar esclarecimentos. Ele ressaltou que as investigações já comprovaram o envolvimento de organizações criminosas que atuam dentro do próprio sistema da Previdência

indícios de desvios desde 1994.

Segundo ele, o esquema atravessou diferentes governos e operou com a conivência de servidores de carreira e intermediários. Próximo a Bolsonaro, Lorenzoni assumiu a Previdência após deixar a Casa Civil

"Essa é uma máfia instalada dentro do sistema previdenciário brasileiro. O problema se agravou a partir de 2016, quando caiu a exigência de carta sindical, o que abriu espaço para a criação de centenas de entidades fraudulentas", explicou.

O relator garantiu que sua linha ideológica e posicionamento político, não interferem na apuração dos fatos. "Eu não posso proteger quem quer que seja, para mim pouco importa. É a minha história de vida que está em jogo. Então, eu nunca fui nem nunca serei contra a convocação de quem quer que seja", declarou.

Ele finalizou explicando que não está fazendo juízo de valor, que apenas tem atuado com transparência. "Não adianta blindar quem quer que seja, porque a nuvem de suspeição vai ser pior do que a descoberta da realidade".



há décadas. Segundo ele, existem